

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA MORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DO CEARÁ ENTRE OS ANOS DE 2019 E 2020

¹ Lorena Galdino de Farias

² Emanuela Gomes Falcão

³ Edna Maria Camelo Chaves

⁴ Thereza Maria Magalhães Moreira

⁵ Saiwori de Jesus Silva Bezerra dos Anjos

TRABALHO PARA PRÊMIO: PÓS-GRADUAÇÃO – EIXO: EPA: COMPETÊNCIAS CLÍNICAS E
HABILIDADES COMPLEXAS PARA A PRÁTICA.

RESUMO

Na área da saúde, uma das preocupações se convertem nas causas das mortes maternas, que vem afetando diversas mulheres de várias idades e em todo o país. Devido a importância do tema, o objetivo deste estudo foi analisar o perfil epidemiológico da mortalidade materna no Estado do Ceará, entre os anos de 2019 e 2020. O método fundamentou-se em uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. Os dados foram coletados no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) referente aos anos de 2019 e 2020, sobre os casos de morte materna registrados no estado do Ceará. Durante o período de análise, foram registrados em 2019 75 casos de óbitos maternos e em 2020 ocorreram 119, um aumento de aproximadamente 59%. A faixa etária mais afetada foi de 20 à 39 anos de idade, sendo as mulheres em sua maioria na cor/raça parda, com escolaridade de 8 a 11 anos de estudo e solteiras. Com a conclusão do estudo, pode-se dizer que as mortes maternas são um problema de saúde pública, sendo necessário investir em ações para o fortalecimento da atenção a saúde das mulheres.

Palavras-chave: Mortalidade Materna; Saúde da Mulher; Óbito.

INTRODUÇÃO

As dificuldades em atender prontamente e de forma eficaz as gestantes compromete a saúde da mãe no trabalho de parto e da criança recém-nascida que, devido à sua fragilidade orgânica, encontra-se em período de grande vulnerabilidade nos primeiros momentos do pós-

1. Enfermeira Obstetra pelo programa de Residência em Enfermagem Obstétrica da Universidade Federal do Ceará (UFC)

2. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Ceará

3. Doutora em Farmacologia. Docente Adjunta da Universidade Estadual do Ceará (UECE)

4. Pós- Doutora em Saúde Pública. Docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Ceará (UECE)

5. Doutora em Enfermagem. Docente do Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde. Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail do autor: lorennagf@hotmail.com

parto. Esse período requer um cuidado integral para a preservação de sua integridade física e para evitar o risco de óbito infantil (FRANÇA; LANSKY, 2015).

Na 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID) realizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) foi proposta uma definição para melhor compreender a mortalidade materna que se refere ao óbito de mulheres gestantes ou os óbitos ocorridos até 42 dias após o parto, sem que tenha havido influência sobre a localização ou relacionadas as ações decorrentes da gestação ou agravada por ela. De acordo com a definição, os fatores acidentais ou mesmo aqueles incidentais não estão inclusos nos fatores que definem morte materna (WHO, 2018).

Os óbitos maternos estão relacionados a complicações obstétricas que ocorreram durante o período gestacional, parto e puerpério, seja por ações ligadas a intervenções, tratamento incorreto, omissões ou por eventos associados a qualquer um destes eventos. No caso das causas obstétricas indiretas, as principais causas estão relacionadas as patologias existentes antes da gestação ou devido aquelas que surgiram durante o período gestacional, agravadas por mudanças fisiológicas provocadas pela gravidez (SIMILI et al., 2022).

Para que seja feito o cálculo da taxa de mortalidade materna, leva-se em consideração número de óbitos por causas já definidas como materna para cada 100 mil nascidos vivos, considerando para efeito de cálculo, tanto o espaço geográfico como o período de um ano. Barreto (2021) explica que o cálculo dessa taxa se apresenta como sendo um importante indicativo para avaliar também a qualidade de vida da população, isso porque, de acordo com a literatura, 95% das mortes maternas no mundo são precoces e evitáveis e atingem principalmente a população com baixo nível socioeconômico. Tal fato, segundo o autor reflete a desigualdade de gênero, assim como a baixa qualidade assistencial no âmbito dos serviços de saúde.

Considerando os direitos das mulheres, o óbito materno é visto pelos especialistas como uma grave violação dos direitos, isso porque os dados mostram que 92% dos casos podem ser evitados. Segundo Medeiros et al., (2018) um dos exemplos que pode causar o óbito materno é a má assistência às gestantes, que poderia ser evitado com a realização de um diagnóstico mais preciso, para assim, iniciar um tratamento precoce e eficaz. Coelho et al., (2016) complementam esse entendimento fazendo uma relação do perfil gineco-obstétrico e sociodemográfico com as mortes maternas, em que podem ser identificados grupos mais vulneráveis, sendo de sua relevância conhecer esse grupo populacional para que dessa forma, políticas públicas sejam desenvolvidas e implementadas para reduzir as taxas de mortalidade

materna.

Assim, devido a importância dessa temática, o objetivo do presente estudo é analisar o perfil epidemiológico da mortalidade materna no Estado do Ceará, entre os anos de 2019 e 2020.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, com abordagem quantitativa, sendo as fontes de dados coletadas no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), através da base de dados do Departamento de Informações do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Para as análises, foram elencadas as informações sobre os casos de morte materna registradas no Estado do Ceará entre os anos de 2019 e 2020. A escolha desse período ocorreu pois refere-se ao antes e durante a pandemia da COVID-19. Foram então consideradas as seguintes variáveis: 1) Casos confirmados de morte materna por ano; 2) Faixa etária; 3) Cor/raça; 4) Nível de escolaridade; 5) Estado civil; 6) Morte grávida e puerpério. Os dados obtidos foram categorizados e tabulados em planilhas utilizando o Microsoft Excel 2013, sendo os resultados analisados e apresentados de forma descritiva.

Por se tratar de um estudo que teve como fonte dados publicados disponibilizados pelo DATASUS e sem a identificação dos sujeitos estudados, a pesquisa não precisou passar pela apreciação por Comitê de Ética, como preconizado na Resolução 466/12 (BRASIL, 2012). No entanto, salienta-se que serão resguardados todos os direitos autorais das publicações selecionadas para esta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o estudo foram coletados dados de 2019 e 2020. Pretendia-se incluir também dados referentes ao ano de 2021, no entanto, as informações não estavam disponíveis, limitando assim, as análises dos óbitos do período antes e na pandemia.

Entre os anos de 2019 e 2020 foram registrados 194 óbitos maternos, sendo que de um ano para o outro, houve um aumento de aproximadamente 59% dos casos de óbito materno.

Em relação ao óbito materno segundo a faixa etária, observou-se que o óbito materno afetou principalmente as faixas etárias de 20 a 39 anos, ou seja, em 2019, 38,67% (n=29) tinham entre 30 e 39 anos de idade e em 2020 47,06 (n=56) tinham de 20 a 29 anos. Já a menor faixa em 2019 foi entre 40 a 49 anos com 8% (n=6) e em 2020 foram registradas 2,52% ocorrências (n=3).

No que diz respeito ao resultado da análise da variável cor/raça, observou-se, tanto em

2019 como em 2020, a parda foi a que mais houve ocorrência, sendo registrado respectivamente, 82,67% (n=62) e 70,59% (n=84). A cor/raça branca vem em segundo lugar, sendo registrado em 2019 e 2020, respectivamente, 13,33 (n=10) e 20,17 (n=24).

No que se refere à escolaridade materna, tanto em 2019 como em 2020 a maior frequência de óbitos foi nas mulheres que tinham de 8 a 11 anos de estudo, sendo registrado respectivamente 42,67% (n=32) e 44,54% (n=53) casos, seguido de 4 a 7 anos de estudo em 33,33% (n=25) em 2019 e 21% (n=25) em 2020.

Quanto aos óbitos maternos segundo o estado civil, a maior frequência foi entre as mulheres solteiras, sendo registrado em 2019 e 2020 respectivamente, 62,67% (n=47) e 53,78% (n=64), seguido por mulheres casadas, com 18,57% (n=14) em 2019 e 28,57% (n=34) em 2020.

Por fim, tem-se a tabela 1 com os óbitos maternos segundo a causa da morte materna.

Tabela 1. Óbito materno segundo tipo morte materna (2019-2020)

Variáveis	2019		2020	
	N	%	N	%
Tipo de morte materna				
Morte materna obstétrica direta	46	61,33%	59	49,58%
Morte materna obstétrica indireta	29	38,67%	58	48,74%
Morte materna obstétrica não especificada	0	0,00%	2	1,68%
TOTAL	75	100,00%	119	100,00%

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

Em 2019, 61,33% (n=46) foram de morte materna obstétrica direta. Já em 2020, as mortes maternas obstétrica direta e as mortes maternas obstétricas indiretas tiveram praticamente o mesmo número de ocorrência, sendo registrados, respectivamente, 49,58% (n=59) e 48,74% (n=58) de casos.

Ao fazer a análise do perfil epidemiológico da mortalidade materna no estado do Ceará entre os anos de 2019 e 2020, o resultado mostrou que a prevalência de óbitos entre as mulheres adultas na faixa etária de 20 a 29 anos de idade, corroborando com os resultados, corroborando com outros estudos realizados no Brasil (WANDERLEY et al., 2017; GOMES et al., 2018). Segundo os autores, nessa faixa etária, as mortes podem ser atribuídas as falhas na assistência as mulheres no período gravídico-puerperal, isso porque, essa não é uma fase considerada de risco gestacional, que acontece nas gestantes com menos de 15 anos de idade ou com mais de 35 anos.

Com relação a raça/cor, sabe-se que o Brasil é um país que apresenta uma grande

miscigenação racial. No que se refere a etnia, Torres et al., (2021) explicam que a parda é a raça predominante no Brasil. No entanto, considerando o conceito de etnia, principalmente no Brasil está diretamente relacionado a cor da pele, o que de certa forma, acaba provocando uma distorção da real realidade social, o que dificulta a análise do perfil da população e da mortalidade. De acordo com os resultados do estudo, a parda é a raça/cor que houve mais registro de óbito materno em 2019 e 2020.

Quanto a escolaridade, a maioria dos óbitos no período analisado aconteceram entre as mulheres com um nível de escolaridade boa (8-11 anos de estudo). Resultados semelhantes foram identificados em outros estudos, segundo Figueiredo et al., (2021) diversos estudos evidenciam o mesmo nível de escolaridade, tendo as gestantes concluído o Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

Sobre essa temática, a baixa escolaridade pode representar um fator de risco, pois de acordo com o Ministério da Saúde (MS), o pouco estudo limita o acesso à informação, restringindo também o entendimento sobre a importância dos cuidados com a saúde (ANDRADE et al., 2021).

Sobre o estado civil, no período em estudo a maioria era solteira. Similli et al., (2022) explica que durante o ciclo gravídico-puerperal, o parceiro apresenta-se como um elo protetor, amparando-a nessa fase tão importante e a sua ausência ou quando está presente mais em meio a conflitos, em alguns casos passa a ser também um fator de risco. Para os autores, as gestantes solteiras, assim como as viúvas tender a fazer parte do grupo de vulnerabilidade.

Quanto ao tipo morte materna, a morte materna obstétrica direta foi a que mais houve registro em 2019 sendo também bastante registrada em 2020, assim como a Morte materna obstétrica indireta. Nesse caso, destaca-se a importância da assistência a mulher por profissionais qualificados e capacitados da área de saúde, que elucidem quanto as dúvidas dessas mulheres sobre os cuidados para mãe e para o bebê (CARVALHO et al., 2020; LEITE, 2019).

É importante lembrar que a Unidade Básica de Saúde, no contexto do Sistema Único de Saúde, apresenta-se como sendo a porta de entrada do atendimento a mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, isso porque que estas unidades apresentam as premissas com base nas estratégias desenvolvidas para prevenção e educação em saúde.

CONCLUSÃO

Ao fazer uma análise do perfil epidemiológico da mortalidade materna no estado do Ceará entre os anos de 2019 e 2020, constatou-se que no período em estudo foram registrados

194 óbitos maternos, entre mulheres jovens, solteiras, pardas, com oito a 11 anos de estudos. Os óbitos maternos aconteceram tanto por morte materna obstétrica direta e morte materna obstétrica indireta.

Destaca-se assim a importância de uma assistência adequada para dar o suporte necessário as mulheres no ciclo gravídico-puerperal para evitar a morte materna obstétrica direta, pois estudos têm evidenciado que a falha na quantidade de consultas realizadas, assim como um déficit na qualidade da consulta no pré-natal tem de certa forma contribuído para os casos de óbito materno.

A morte materna no Brasil, mesmo com todas as estratégias desenvolvidas, continua sendo um problema de saúde pública, necessitando-se da elaboração e implantação de condutas que objetivem a redução da mortalidade, evidenciando a importância de fazer um planejamento familiar e uma assistência durante o pré-natal, parto e puerpério de qualidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. do N. de; MEDEIROS, F. F.; SANTOS, I. D. de L.; LAKOSKI, M. C.; GOMES, N. C. R. C.; BERNARDY, C. C. F.; CARDELLI, A. A. M. Perfil Epidemiológico de gestantes com determinantes de Near Miss. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 95, n. 33, 2021.

BARRETO, B. L. **Rev. Enferm. Contemp.**, Salvador, v. 10, n. 1, p: 127-133, abril; 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3378rec.v10i1.3709>. Acesso em: 1 jun. 2022.

BOTELHO, N.M. et al. Causes of maternal death in Pará State, Brazil. **Rev. Bras. Ginecol. Obstetr.**, v.36, n.7, p.290-295, 2014. doi: 10.1590/SO100-720320140004892

BRASIL. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 28 jul. 2022.

CALUCCI, C. Mortalidade materna sobe, e Brasil já revê meta de redução para 2030. 13/08/2018. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/mortalidade-materna-sobe-e-brasil-ja-reve-meta-de-reducao-para-2030.shtml>. Acesso em: 23 maio 2022.

CATUNDA, H. L. O.; MENDES, I. C.; SOUSA, D. M. N.; DAMASCENO, A. K. C.; ORIÁ, M. O. B. Razão da mortalidade materna no Ceará: uma análise epidemiológica. **XVII Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem**. 3 a 5 de junho de 2013.

CARVALHO, P. I. de; FRIAS, P. G. de; LEMOS, M. L. C.; FRUTUOSO, L. A. L. de M.; FIGUEIRÔA, B. de Q.; PEREIRA, C. C. de B.; BARRETO, I. de C.; VIDAL, S. A. Perfil sociodemográfico e assistencial da morte materna em Recife, 2006-2017: estudo descritivo. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 1, e2019185., 2020.

COELHO, V.C. et al. Caracterização dos óbitos maternos em três regiões de saúde do centro-norte baiano. **Cogitare Enferm.**, v.21, n.1, p.1-8, 2016. doi: 10.5380/ce.v21i1.42475

DIÁRIO DO NORDESTE. **Mortalidade materna no Ceará cai 31% em dois anos**. 11/04/2017. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/online/mortalidade-materna-no-ceara-cai-31-em-dois-anos-1.1736029>. Acesso em: 23 maio 2022.

FIGUEIREDO, L. C. A.; AGUIAR, F. B.; CARDOSO, D. O.; CASTRO, F. B. de; ALMEIDA, L. F. de; CUNHA, A. K. R.; LARA, B. M. de C.; SOUZA, G. de; MITA, L.; MELO, S. N. de. Perfil epidemiológico da mortalidade materna no estado do Espírito Santo durante o período de 2014 a 2018. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 2, p. e6296–e6296, 2021.

FRANÇA, Elisabeth; LANSKY, Sônia. **Mortalidade Infantil Neonatal e materna no Brasil: Situação, Tendências e Perspectivas**. 2015. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2015/docsPDF/ABEP2015_1956.pdf. Acesso em: 13 mai. 2022.

GOMES, J. O.; VIEIRA, M. Christini Araújo; MISTURA, C.; ANDRADE, G. Garcia de; BARBOSA, K. Mirella Gonçalves; LIRA, M. Olinda de Souza Carvalho; FERREIRA, M. Alencar; JUSTINO, T. Maria Vieira. Perfil sociodemográfico e clínico de mortalidade materna. **Revista de Enfermagem UFPE on Line**, v. 12, n. 12, p. 3165–3171, 2018.

LEITE, S. M. Perfil epidemiológico da mortalidade materna no Brasil. **Universidade federal de campina grande**, v. 8, n. 5, p. 55, 2019.

MARTINS, A. C. S.; SILVA, L. S. Perfil epidemiológico de mortalidade materna. **Rev Bras Enferm [Internet]**. v. 71, (supl1), p: 725-31, 2018.

OBSERVATÓRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Razão da Mortalidade Materna (para cada 100 mil nascidos vivos)**. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/saude-materna-neonatal/586-razao-da-mortalidade-materna-para-cada-100-mil-nascidos-vivos?filters=1,187>. Acesso em: 24 jun. 2022.

PREFEITURA DE FORTALEZA. Coordenação de vigilância à Saúde (COVIS). **Mortalidade Geral em Fortaleza – SIM – Fortaleza**. Período: 2013-2019. 2019. Disponível em: <http://tabnet.sms.fortaleza.ce.gov.br/scripts/deftohtm.exe?Obitoscid.def>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SIMILI, A. B.; SOUZA, A. S.; GOMES, R. C. A.; FONTOURA, G. M. G.; CARVALHO, K. B. S.; SILVA, L. F. M.; et al. Perfil Epidemiológico da Mortalidade Materna no Município de Imperatriz-MA. **Ensaio e Ciências**, v. 26, n. 1, p: 65-71, 2022.

TORRES, N. M. F.; SANTOS, J. L. da C. dos; SILVA, B. L.; SILVA, P. T. da; LINHARES, B. O.; SILVA, A. L. F.; MOURA, M. C. L. de. Mortalidade materna no Nordeste brasileiro. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 12, n. 1, p. e23821–e23821. 2021.

WANDERLEY, R. M. M.; JOSÉ DE ALBUQUERQUE, P.; NETO, V.; DANTAS, H.; PINHEIRO, M. Perfil da mortalidade materna. **Revista de Enfermagem UFPE on Line**, v. 11, n. 4, p. 1616–1624, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **International statistical classification of diseases and related health problems**. WHO. 2018. Disponível em: <https://www.who.int/classifications/classification-of-diseases>. Acesso em: 01 jun. 2022.